

SENADORES

Suplicy quer eleição também de suplentes

LEANDRO MAZZINI
BRASÍLIA

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) protocolou ontem na Mesa Diretora do Senado proposta de emenda constitucional (PEC 55/2007) que acaba com a possibilidade de um cidadão assumir mandato parlamentar sem ter recebido um voto sequer. O texto determina que o eleitor terá de votar no candidato e também em dois dos suplentes, numa lista de três nomes apresentada pelos partidos na urna eletrônica.

Hoje, o suplente não recebe votos. Geralmente, os partidos reservam a função, por exemplo, para financiadores de campanha — que compram a vaga, mesmo que indiretamente — e políticos rejeitados em eleições anteriores. Nos dois casos, vislumbra-se no horizonte a chance de conquistar uma cadeira no Congresso, com seus respectivos benefícios, como foro privilegiado, sem ter de enfrentar o processo de seleção.

Segundo Suplicy, a medida visa a impedir “a carona” no carro do candidato principal. “Demorei a protocolar porque apresentaria como projeto de lei, mas pediram como PEC”, disse o senador.

Uma proposta de emenda constitucional tem mais força

jurídica do que um projeto de lei. Não depende, por exemplo, da sanção do presidente da República e é mais blindada em relação a eventual recurso contrário no Supremo Tribunal Federal. Atualmente, nove suplentes exercem mandato de senador. Um deles, Sibá Machado (PT-AC), substituto da ministra Marina Silva, presidiu o Conselho de Ética do Senado até a semana passada, quando renunciou à função.

Sibá vê com ressalvas o projeto. “Parece-me muito confuso, porque o eleitor vai votar sete vezes numa mesma urna, nas eleições gerais”, questionou Sibá Machado.

É de Sibá outra PEC sobre o assunto que entrou na fila da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. O texto proíbe a candidatura de parentes de até segundo grau como suplentes. Se o cargo ficar vago, por qualquer motivo, os suplentes escolhidos terão que ser eleitos por voto direto, em eleições extraordinárias. “Essa questão está em um bom momento para se discutir, com a reforma política. Sou pessoalmente contra a suplência, mas fui eleito democraticamente, com o respaldo da Constituição”, afirmou Adelmir Santana (DEM-DF), suplente do vice-governador do Distrito Federal, Paulo Octavio.

A proposta de Suplicy recebeu a assinatura de Wellington Salgado (PMDB-MG). Dono de faculdade e suplente do ministro das Comunicações, Hélio Costa, Salgado notabilizou-se pela defesa intransigente de Renan Calheiros no Conselho de Ética da Casa. Diante da negativa dos colegas em absolver o presidente, abdicou da relatoria do processo. “Sou um bom cidadão e estou sendo um bom senador. Nunca passou pela minha cabeça ser senador”, afirmou Salgado.

Para João Tenório (PSDB-AL) — que entrou no lugar de Teotônio Vilela, eleito governador de Alagoas — a proposta de Suplicy deveria ser submetida a “uma consulta pública”. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) — substituto de Duciomar Costa, eleito prefeito de Belém — apóia a iniciativa. “De minha parte, não vejo problema. Fui candidato ao Senado em 94 e tive 300 mil votos”, disse.

Suplente do vice-governador eleito Leonel Pavan, Neuto de Conto (PMDB-SC) sugere outra solução. “Pode ser até por voto direto, mas proponho que os partidos escolham nas convenções os mais notáveis para a lista”, acrescentou.

Os suplentes José Nery (PSOL-PA), que substituiu a governadora Ana Júlia, e Paulo Duque (PMDB-RJ), segundo suplente do governador eleito do Rio, Sérgio Cabral, não retornaram a ligação da reportagem.



Eduardo Suplicy